

A PAISAGEM ENQUANTO CAMPO DE BATALHAS DISCURSIVO

THE LANDSCAPE AS A DISCURSIVE BATTLEGROUND

Leonardo Luiz Silveira da Silva

Doutor em Geografia, Professor EBTT IFNMG Campus Salinas, Brasil

leonardo.silveira@ifnmg.edu.br

Alfredo Costa

Doutor em Geografia, Professor EBTT do IFRS-campus Caxias do Sul, Brasil

alfredo.costa@caxias.ifrs.edu.br

Recebido: 23.08.2021

Aceito: 03.03.2022

Resumo

A abordagem que explora o simbolismo na paisagem representou a transcendência da materialidade em um contexto de ruptura frente ao objetivismo positivista. Traz, no contexto dessa transcendência, a possibilidade de interpretarmos as marcas expressas na paisagem como produto e estímulo à agência humana, em uma concepção bastante enraizada na Nova Geografia Cultural. No interior da discussão simbólica, apresenta-se como pauta muito importante a reflexão de como a gestão do arranjo paisagístico pode servir para a manutenção do status político-social. Nesse sentido, o artigo parte da perspectiva do entendimento da paisagem enquanto um campo de batalha discursivo, mas, ao mesmo tempo, rejeita as abordagens totalizantes que visam compreender os símbolos como expressão e interpretação de uma mítica coletividade monolítica. Objetivamos, assim, refletir de que forma as forças hegemônicas e contestatórias se coadunam na paisagem, com o foco centrado nas identidades em detrimento da coletividade.

Palavras-Chave: Paisagem; Nova Geografia Cultural; Simbolismo; Identidades.

Abstract

The approach that explores symbolism in the landscape represented the transcendence of materiality in a context of rupture against positivist objectivism. In the context of this transcendence, it brings the possibility of interpreting the marks expressed in the landscape both as a product and stimulus to the human agency, in a New Cultural Geography well-established concept. Within the symbolic discussion, it is presented as a very important agenda the reflection on how the management of the landscape arrangement can serve to maintain the social-political status. In this sense, the article starts from the perspective of understanding the landscape as a discursive battleground but, at the same time, rejects the totalising approaches that aim to understand symbols as an expression and interpretation of a mythical monolithic collectivity. We aim, therefore, to reflect on how the hegemonic and contesting forces fit together in the landscape, with a focus centred on identities instead of the collectivity.

Keywords: Landscape; New Cultural Geography; Symbolism; Identities.

1. INTRODUÇÃO

A paisagem enquanto categoria geográfica experimentou elástica polissemia desde o uso seminal dos termos *landschaft*, *landscape*, *landskip* e *paese* (UNSTEAD, 1931; OLWIG, 1996; COSGROVE, 1998; 2006; SALGUEIRO, 2001; BESSE, 2006; FRIESS; JAZEEL, 2016; FERNANDES; TORRES, 2020). Estas variações do termo paisagem nas línguas europeias passaram a ter uso sistematizado na Renascença¹ (MARANDOLA; OLIVEIRA, 2018), precisamente no final do século XV e início do XVI (COSGROVE, 1985), em um momento no qual o homem passou a ser visto como uma entidade à parte da natureza. Neste contexto, desenvolveu-se a noção da paisagem enquanto cenário (ALVES, 2001; OLWIG, 2011; 2015). O avanço da modernidade celebrou a separação entre homem e natureza, em um viés racional que foi contestado posteriormente no século XVIII, pelo Romantismo² (ALLEN, 1992; ROSE, 2012; TUAN, 2013; MARANDOLA JR., 2017).

O século XIX destaca-se como aquele que testemunhou a institucionalização acadêmica de diversas disciplinas, dentre as quais a geografia. As jovens disciplinas, no afã de consagrarem a credibilidade científica, assimilaram métodos científicos experimentados pelas ciências naturais e marcados pelo objetivismo típico do pensamento moderno. Neste âmbito, a paisagem, enquanto categoria de análise, expressou de forma dominante a separação do homem e da natureza, como se esta última estivesse pronta para saciar os caprichos do primeiro (BURGESS, 1978; FITZSIMMONS, 1989; LARSEN, 1992; MAXIMIANO, 2004; OLWIG, 2008). Assim, é possível considerarmos a hegemonia do trato ontológico da paisagem em um longo período da história do pensamento geográfico, ainda que, em um período anterior a

¹ Na Renascença, a paisagem era considerada como parte integrante da pintura ao ser definida como o fundo de quadros religiosos (KIYOTANI, 2014), em um momento em que o foco era o antropocentrismo, sendo representada como detalhe ou complemento das telas. A paisagem renascentista que explorava as interferências humanas no espaço abordava vilas ricas e poderosas, palácios e castelos, de tal modo que pouca atenção era dada à representação de paisagens ordinárias (ANTROP, 2005): o monumentalismo era o foco.

² O interesse paisagístico na Grã-Bretanha no final do século XVIII levou a um forte culto ao pitoresco [*picturesque*]. O pitoresco não era uma simples visão sobre o espaço percebido, mas a interconexão de temas que envolviam o turismo, a arquitetura, a narrativa e a arte (WHYTE, 2002). O pitoresco tornou-se um conceito da estética que se refere à interpretação subjetiva da paisagem na pintura, fortalecendo-se durante o Romantismo. No período em questão, imagens pictóricas ofereciam a divulgação de ideias que ajudavam a refletir sobre a questão da identidade nacional, em um momento em que o moderno Estado britânico estava sendo imaginado e construído (COSGROVE, 2006). Ao mesmo tempo, é importante observar que a noção de paisagem era dotada de uma perspectiva elitista na qual o apreço paisagístico estava restrito a indivíduos portadores de “sensibilidade estética superior” (PAGANO, 2011, p.401).

abertura sistemática de departamentos acadêmicos de geografia, o Romantismo possa ter apresentado pressupostos díspares àqueles dominantes do Modernismo.

Ao longo do século XX, é extremamente relevante a influência de Carl Sauer na abordagem da paisagem. Apesar da abordagem saueriana ter representado uma ruptura com determinismos oitocentistas, passou a ser visto, sobretudo no período pós-virada cultural e linguística, como obsoleto. *A Morfologia da Paisagem* (SAUER, 2008) bem como sua abordagem em outros artigos, exibem um foco na cultura material (DUNCAN, 1980; JACKSON, 1989³; DEMERITT, 1994; STRACHULSKI, 2015; SILVA, 2020a), falhando na tarefa de considerar os aspectos culturais e sócio-políticos que transcendem a materialidade⁴. A geografia humanista surge neste contexto crítico à hegemonia da materialidade e ao positivismo (ENTRIKIN, 1976; POCOCK, 1983; GOLD; GOODEY, 1983; LEITE, 1998; BRITO-HENRIQUES, 2001; BESSE, 2006; FERREIRA, 2013; NASCIMENTO; COSTA, 2021), apresentando um vocabulário próprio às discussões culturais que envolvem um jargão amplamente conhecido e composto por palavras como topofilia (TUAN, 1980), topofobia (TUAN, 2005), topocídio (PORTEOUS, 1988), escapismo (TUAN, 1998) e não-lugaridade [*placelessness*] (RELPH, 1976). Todavia, a geografia humanista recebeu e tem recebido críticas por ser muito centrada no idealismo e se esquecer da vida material; isto significa dizer que foi acusada de ser estéril socialmente, vácuo que permitiu a ascensão e o desenvolvimento da Nova Geografia Cultural⁵.

³ Peter Jackson (1989) analisa – no contexto do final da década de 1980 – que a abordagem estritamente material da cultura havia tornado antiquada, e que o posicionamento da cultura no centro da geografia humana está relacionado a esta superação de abordagens meramente descritivas sobre a paisagem e a cultura, que tinha como *modus operandi* do geógrafo o estabelecimento de um inventário de bens materiais. Para Jackson, “a geografia cultural precisa urgentemente de uma reavaliação; seu conceito de cultura está desatualizado e seu interesse nas expressões físicas da cultura na paisagem é desnecessariamente limitado. Em uma tentativa de encontrar uma alternativa a estes problemas, este artigo defende uma visão mais ampla da cultura incluindo seus aspectos menos tangíveis como aqueles presentes nas formas simbólicas e na prática social cotidiana” (JACKSON, 1989, p.9).

⁴ Esta é uma visão dominante acerca das limitações da abordagem saueriana. Todavia, as tradições de Berkeley encontram seus defensores: “Os líderes da nova geografia cultural ajudaram a reforçar o entendimento de que os ensinamentos da escola de Berkeley se baseiam em fundamentos estáticos, empiristas e obcecados com relíquias paisagísticas e artefatos materiais, quando, na verdade se basearam e ainda se baseiam no dinamismo predominantemente historicista e na preocupação primária frente às relações entre a diversidade das sociedades humanas e seus ambientes naturais” (PRICE; LEWIS, p.1, 1993).

⁵ Sem fazermos juízos de valor sobre a Geografia Humanista e a Nova Geografia Cultural, acreditamos que a dicotomia envolvendo o social e o cultural é mítica, pois pertencem a uma análise dialética onde estas dimensões apresentam indissociáveis (SILVA 2021a). Para Gregson (1992), é impossível para a Geografia Social e para a Nova Geografia Cultural permanecerem como portadoras de identidades distintas. Em suas palavras: “a crescente concordância entre a geografia social e a nova geografia cultural refletem como as ideias de uma tem influenciado e transformado a outra, e ainda, ao mesmo tempo, serve para criar uma situação na qual é impossível ver onde uma termina e a outra começa (GREGSON, 1992, p.391).

Nascendo da crítica da abordagem tradicional da cultura, a Nova Geografia Cultural passa a interpretar a paisagem como um conjunto de símbolos e códigos construídos por meio de relações sociais, interessada, sobretudo, em perceber como as relações de poder são operacionalizadas pela cultura e pelo próprio arranjo paisagístico, como indicou Don Mitchell (1995) em icônico artigo. É importante destacar que as relações de poder não se dão somente pela disputa de vantagens econômicas. Certamente as narrativas que se entremeiam por intermédio dos simbolismos paisagísticos visitam outras searas: de acordo com Douglas Porteous (1986), pode-se falar em pornotopias, à medida que se associam montanhas a seios ou cavernas a vulvas. A própria noção da natureza é em si feminizada, representada por figuras sensualizadas que despertariam o fascínio masculino. Curiosamente, não é raro encontrar na paisagem representações fálicas, como em uma celebração da ordem social hegemonicamente masculina. Cosgrove (1982) analisou detidamente a transformação do arranjo paisagístico de Veneza, outrora cidade de forte vocação mercantil, miticamente consolidada na contemporaneidade como portadora de atmosfera romântica e sexual.

Partindo da premissa que a paisagem sempre é um espaço marcado pela luta social (MITCHELL, 1995; HANLON, 2001) – ainda que sob um viés não estruturalista – este artigo, de abordagem essencialmente epistemológica, visa fundamentar o arcabouço teórico que sustenta o duplo papel da paisagem, enquanto produto e ferramenta do arranjo social. Busca – por meio deste debate – discutir como os simbolismos paisagísticos podem apresentar batalhas que transcendem o visível, sendo erguidos, ressignificados, implodidos e patrimonializados ao sabor das intermediações das narrativas hegemônicas e daquelas advindas de grupos oprimidos, minoritários, e/ou de resistência. O artigo aponta, todavia, que a abordagem essencialista de classe possui limitações como fonte de interpretação do simbolismo paisagístico e, concomitantemente a este apontamento, apresenta soluções teóricas recentes que visam superar o imbróglio.

É importante destacar que os pressupostos da Nova Geografia Cultural, via de regra, focam no papel das representações⁶ como causa e reprodução do arranjo

⁶ Como a etimologia da palavra sugere, a representação é uma tentativa de tornar presente algo que é ausente (ANKERSMIT, 2000). Trazer algo para o terreno da interpretação, em um exercício em que a materialidade e a imaterialidade se confundem. As representações são intertextuais, no sentido em que sua essência é relacional. Sua configuração depende de outras representações. Nesse sentido “um contato direto com aquilo que é representado é impossível, pois esse contato sempre é mediado por outras representações e pela história representacional. Assim, as representações podem ser vistas como repressoras daquilo que é representado” (ANKERSMIT, 2000, p.157). Tim Ingold (2010), em lógica similar, afirma que o conhecimento cultural não é encarnado nas representações, pois “em vez de ter suas capacidades evolutivas recheadas de estruturas que representam aspectos do mundo, os seres humanos

paisagístico. Evitamos aqui utilizar a expressão “morfologia ou forma da paisagem” e preferimos “arranjo” justamente para evitarmos qualquer tipo de confusão analítica, visto que a expressão “morfologia” foi muito marcada pelos trabalhos de Carl Sauer que se projetaram em parte expressiva do século XX. É importante destacar que a palavra morfologia é resgatada de uma tradição alemã baseada no âmbito do visível, ou seja, na materialidade⁷. Como vimos, a Nova Geografia Cultural se propõe a ser uma alternativa às críticas que foram direcionadas à abordagem saueriana. Todavia, apesar de se tratar de uma reflexão alicerçada por pressupostos representacionais, não defendemos que a abordagem aqui tratada se apresenta como um fim da história epistemológico da geografia cultural; *au contraire*, acreditamos que correntes associadas às teorias não-representacionais ou – nas palavras de Lorimer (2005) – mais-que-representacionais, conseguem preencher lacunas que estão além dos limites da representação.

2. PAISAGEM COMO PRODUTO E FERRAMENTA DO ARRANJO SOCIAL

A reflexão sobre a perspectiva da geografia cultural no âmbito da Nova Geografia Cultural nos conduz à consideração da perspectiva de uma abordagem mais-que-material. Isso não significa afirmar a negação da materialidade, mas a consideração do impacto dos domínios simbólicos na nossa vida cotidiana. O debate acerca do caráter indissociável da materialidade e imaterialidade não é novo na geografia, sendo amparado por inúmeros autores (WATSON, 1969; COSGROVE, 1978; WILLIAMS, 1981; INGOLD, 1993; MITCHELL, 1996; GRAHAM, 1998; CRESSWELL, 2003; BERQUE, 2012; 2017; SERPA, 2013; SILVA, 2020b; SILVA; SILVA, 2020) que, a seu modo, apontaram a necessidade da leitura dialética entre mente e matéria. No interior deste debate, o conceito de *trajecção* trazido por Augustin Berque apresenta-se como uma poderosa síntese:

a *trajecção*, por sua vez, é o processo evolutivo no qual o ambiente é antropizado pela técnica e humanizado pelo símbolo, o que o faz um meio humano e onde, simultaneamente, em retorno, este meio condiciona o humano para, indefinidamente, humaniza-lo de volta e assim por diante (BERQUE, 2017, p.6).

emergem como um centro de atenção e agência cujos processos ressoam com os de seu ambiente” (INGOLD, 2010, p.21).

⁷ A compreensão acerca da importância da transcendência mente-matéria é interdisciplinar: discursando sobre a teoria da história, Hayden White afirmou que os elementos visuais são um complemento e não um suplemento da narrativa histórica, sendo que algumas informações sobre o passado não podem ser providas por intermédio de recursos visuais (WHITE, 1988). A filosofia milenarmente trata destas questões.

A compreensão da força das formas simbólicas para a organização da vida social é facilitada pelos desdobramentos teóricos advindos da virada cultural⁸. Passa a ser entendido que, por detrás do estrato material da paisagem, existe forte conteúdo simbólico que é capaz de afetar indivíduos, moldando seu comportamento e colaborando para a manutenção do status quo político-social. O arranjo da paisagem enquanto símbolo e materialidade passa ser visto por intermédio de metáforas tais como texto (ROWNTREE, 1986; 1988; COSGROVE; JACKSON, 1987; DUNCAN; DUNCAN, 1988; COSGROVE, 1990), intertexto (SILVA, 2021b), espetáculo (COSGROVE, 1989), cinema (LUKINBEAL, 2005) e artefato (BESSE, 2006). É importante lembrar que o enquadramento da paisagem enquanto metáforas também são formas particulares de representações e, como tais, constituem-se como narrativas espaciais. Ankersmit (2010) destaca que as narrativas são representações e, como tal, assemelham-se às pinturas de paisagem que se destacam por dar ênfase àquilo que capturou a atenção do pintor.

É amplamente aceito o fato de que “a narrativa é um tipo de unidade que torna a inclusão de alguns eventos necessária e de outros irrelevantes” (MINK, 1972, p.736). Precisamos compreender o desdobramento desta afirmação para as descrições paisagísticas. A narrativa é um modo de discurso, uma maneira de falar e, também, um produto confeccionado pela adoção de um modo de discurso, o que rechaça a dicotomia verdadeiro-falso (WHITE, 1981; 1984). As narrativas não devem ser entendidas como relatos que se aproximam de uma suposta história não contada, oculta, que traria a verdade dos fatos (ANKERSMIT, 2010), mas como intermediações particulares de parcela da realidade intangível.

A paisagem é sempre o resultado de uma acumulação histórica; falar sobre a paisagem, assim como dissertar sobre a história, nos coloca em uma desconfortável posição de distanciamento do fato narrado. É a história em movimento que garante a estranheza simbólica, estética, que nos desloca. As narrativas são tão dinâmicas quanto às mudanças que são observadas na paisagem, o que motivou David Lowenthal (2015) a se referir ao passado como “um país estrangeiro”. Roberto Lobato Corrêa – em franca sintonia com a perspectiva de Lowenthal – salienta que “o passado pode ser visto como um texto incompleto, cuja leitura permite, mais do que o presente, interpretações diversas,

⁸ A virada cultural desenvolveu-se no início da segunda metade do século XX. Possui como marca a rejeição de epistemologias positivistas e tem como ênfase os estudos sobre os significados. O pós-modernismo, pós-colonialismo e pós-estruturalismo ajudam a consolidar os seus paradigmas. A virada cultural mobilizou o complexo arcabouço que busca relacionar a antropologia, psicologia, linguística, filosofia e a arte para a compreensão da cultura (ALMEIDA, 2013; PEDROSA, 2016). No Brasil, a virada cultural floresceu de forma mais restrita e tardia, notavelmente nos anos 1990 (CORRÊA; ROSENDAHL, 2005, p.98-99).

possibilitando reconstruções adequadas às vicissitudes de cada momento e de cada grupo social” (CORRÊA, 2007, p.13). Já Karen E. Till (2001) acrescenta que o passado não existe de forma literal, sendo expresso como vestígios das ações do presente, que podem durar mais do que a nossa própria existência.

Assim, vivemos cotidianamente em um entrecruzamento de narrativas sobre a paisagem, construindo nossas concepções a partir das diversas mensagens que assimilamos acerca do seu simbolismo. Os eixos de circulação que nos impõem direções e ordenam fluxos, as arquiteturas, as diversas informações textuais presentes nas placas e os monumentos são todas ações produzidas na paisagem e que replicam sobre o nosso imaginário. Assim, a materialidade – como Augustin Berque (2017) nos traz – interfere na nossa própria agência, ao transmitir recados por intermédio do seu simbolismo. A partir das lentes desta perspectiva, a paisagem desempenha um duplo papel: torna-se um produto e ferramenta do arranjo social ao ser reproduzida e rearranjada perpetuamente, num raciocínio muito próximo à ideia berqueniana de paisagem-marca (*paysage-empreinte*) e paisagem-matriz (*paysage-matrice*) (BERQUE, 1984). *Pari passu* a esta dinâmica, a paisagem afeta os atores humanos partícipes de sua transformação.

3. INTERMEDIações DISCURSIVAS: O CAMPO DE BATALHA PAISAGÍSTICO

A oposição ao uso objetivo da paisagem – vista de forma dominante nos recentes estudos culturais – reside na bem estabelecida concepção do homem enquanto um animal semiótico (OLSSON, 1991), que posiciona a criatividade humana como uma ferramenta capaz de nos conceber o dom de elaborar símbolos e de interpretá-los de forma muito distinta. A paisagem – vista pelas lentes dos pressupostos da Nova Geografia Cultural – é um campo de batalha discursivo. As marcas deixadas pelos homens constituem-se como símbolos que transmitem recados, ainda que subliminares, às mentes e corações. Não são somente ações vinculadas aos grupos hegemônicos que narram por intermédio dos simbolismos paisagísticos. Assim, a paisagem contém uma série de elementos portadores de discursos – ora congruentes, ora contraditórios – que, mesmo antagônicos e de maneira surpreendente, podem exibir alguma forma de interação funcional. Sabe-se que a exploração das metáforas que atendem a um sentido da lógica do *panis et circenses* – como espetáculo, teatro e cinema – reproduz a ideia de que a imagem da paisagem se apresenta como forma de sustentar conhecimento e poder (COSGROVE; DANIELS, 1989), alienando as massas silenciosas (BAUDRILLARD, 1993)

da sociedade do espetáculo descrita por Debord (1997). Nesta alienação, labor, consumo e *eros* são os ingredientes que embriagam os que se associam à paisagem.

No interior das preocupações da Nova Geografia Cultural, trabalhos tem se concentrado em compreender de que forma os grupos poderosos utilizam-se da cultura e da transformação da paisagem como ferramentas para a manutenção e até mesmo aprofundamento de sua posição social⁹. Todavia, a paisagem também exhibe discursos de minorias e de oprimidos por meio de seu simbolismo¹⁰. A abordagem que se preocupa com o simbolismo paisagístico aproxima o sentido da categoria com a noção de território. Afinal, simbolismo e poder se associam profundamente: na medida em que a lembrança das ações coletivas funde-se aos caprichos da topografia, às arquiteturas admiráveis ou aos monumentos criados para sustentar a memória, o espaço torna-se território (CLAVAL, 2001). É fato notável que as demarcações de terras indígenas e quilombolas levam em conta as cosmologias e associações específicas entre espaço, cultura e identidade como princípios norteadores.

A paisagem pode ser representada, mas – em uma avaliação pormenorizada – carrega diversas representações por meio dos seus componentes que, uma vez erguidos, tornam-se símbolos. É importante considerar a representação como agência, mas não como uma variável estável imune ao tempo, espaço e à experiência individual. É pela representação que o homem se dirige ao mundo (COUTINHO, 2019). *Ipsa Facto*, os elementos que compõem a paisagem podem experimentar atos, que podem em alguma medida serem concomitantes e até mesmo contraditórios, sem a obrigatoriedade de percorrerem um percurso linear entre si: o erguimento, a resignificação, implosão e a patrimonialização.

4. O ERGUIMENTO

Construções têm sido compreendidas como domesticações do espaço. Domesticar o espaço é domá-lo, construindo limites que arrancam lugares do espaço. As construções têm suas medidas concebidas pela nossa necessidade de controlar o ambiente. O controle não deve ser compreendido de forma estreita: não é somente uma questão de criar um ambiente artificial que nos oferece proteção contra um mundo geralmente pouco

⁹ Duncan e Duncan – parceria identificada com a corrente em questão – revelam as intenções de investigar a interface entre a paisagem e o social: “nós estamos interessados em compreender como as paisagens se integram aos processos sociais e políticos e como estes dão corpo às relações sociais do passado e do presente” (DUNCAN; DUNCAN, 2001, p.390).

¹⁰ Como Dennis Hardy (1988) argumentou, o patrimônio também serve às manifestações e perpetuação de ideias subversivas.

amistoso; tão importante quanto o controle físico é o controle psicológico. Pesquisas acerca da origem da arquitetura nos levam não somente à necessidade de abrigo, mas também a necessidade de controlar o espaço por intermédio dos símbolos (HARRIES, 1982). Assim, o erguimento de estruturas está diretamente associado a um processo de territorialização, que se manifesta tanto do ponto de vista material (como muralhas ou fortes) como do ponto de vista simbólico (como brasões ou bandeiras).

Dentre as estruturas dispostas na paisagem, há de se pensar que monumentos são erguidos para valorizar e lembrar grandes feitos. A força dos memoriais de guerra, que homenageiam os combatentes que morreram em honra da nação mítica (ANDERSON, 2008), apresenta-se grandiosa (GOUGH, 2000), apesar da possibilidade da narrativa que a sustenta, ao sabor do tempo, ser fortalecida ou enfraquecida. Isto significa que a memória pode ser inventada. Neste processo a paisagem desempenha papel chave, exibindo cenas que transmitem mensagens sobre um passado desejado. As formas simbólicas espaciais constituem o veículo para essa transmissão. Trata-se da paisagem da simulação do passado, que transporta o observador a um passado que não existiu, possibilitando a criação de uma memória seletiva e equivocada (CORRÊA, 2016).

Destacamos que a celebração do passado é um palco de disputa, já que existe a competição e o conflito envolvendo diferentes atores sociais interessados em narrar o passado ao seu modo. Nesse sentido, os memoriais são lugares que se tornam palco de disputa entre narrativas. Há um processo de debate e negociação entre grupos sociais para disputarem o direito de decidirem o que é comemorado e qual versão do passado deverá se tornar visível ao público (DWYER; ALDERMAN, 2008).

5. A RESSIGNIFICAÇÃO

É fundamental conceber a ideia de que aquilo que foi construído pode ter seu significado profundamente alterado, mesmo que não sofra modificações em sua estrutura física. Poucas pessoas trazem à mente – pelo menos a priori – imagens negativas advindas dos patrimônios materiais. Poucos se lembram da escravidão e do incesto por intermédio das pirâmides. Esquecem com frequência da arrogância imperial do Arco de Titus e do absolutismo de Versalhes (LOWENTHAL, 2011). Apesar da possibilidade destas associações, é bem estabelecido que o patrimônio não é uma narrativa singular e fixa, mas uma série de interpretações socialmente construídas sobre o passado (ATKINSON, 2007).

A Basílica de Sacre Couer, em Paris, se impõe não somente pela sua riqueza arquitetônica – um monumental templo religioso de estilo Bizantino –, mas também por ter assistido e sido palco de movimentações políticas importantes em uma França efervescente (HARVEY, 1979). A basílica parisiense experimentou ressignificação ao sabor das movimentações políticas, carregando uma história recheada de grandes acontecimentos que nunca poderiam ser previstos pelos homens que trabalharam no seu erguimento. Os monumentos são muito sensíveis ao dinamismo político-religioso. Sempre se trata de um excelente exemplo lembrar que a Caaba islâmica um dia serviu a cultos politeístas (HOURANI, 2001). Segundo David Lowenthal (1998), o patrimônio não é a mesma coisa que a história; monumentos e festivais nunca ajudam a história, pois protegem erros e endossam preconceitos. O patrimônio não diverge da história em ser enviesado, mas no compromisso com o viés que carrega.

Deslocamentos de estruturas trazem consigo um processo irresistível de ressignificação. A réplica da Pedra de Roseta enviada ao Egito não preenche o vácuo deixado pela original, que é um espólio colonial que repousa em museu londrino. Da mesma forma, o deslocamento espaço-temporal provocado pela colocação do obelisco egípcio na avenida Campos Elísios em Paris traz, *per sí*, novos sentidos ao monumento.

É importante considerar que, enquanto um campo de batalha simbólico, a paisagem tem nas ressignificações um processo corriqueiro e não uma situação excepcional. São as narrativas representacionais que vestem os ícones paisagísticos, encontrando tantas versões quanto é possível ser abrigado pela diversidade da mente humana.

6. A IMPLOÇÃO

Recentemente, tornou-se notável em diversos pontos do espaço geográfico o questionamento acerca da presença de patrimônios que aludem a costumes odiosos e práticas imorais. Forest e Johnson (2018) falam sobre movimentos nos Estados Unidos para a retirada de monumentos confederados que aludem à supremacia branca. Existe um entendimento que estes movimentos são equivocados por “apagar a história”, ainda que a alusão ao passado carregue consigo episódios de grande sofrimento a muitas pessoas. Os defensores da manutenção destes monumentos polêmicos argumentam que “o registro histórico não deve ser alterado para contemplar sensibilidades contemporâneas”, pois, “a paisagem simbólica é um tipo de arquivo histórico cujos itens não devem ser removidos” (FOREST; JOHNSON, 2018, p.3). É notável que o surgimento

de monumentos próximos a outros pré-existentes podem trazer outro senso de conjunto: uma organização não-governamental russa instalou um memorial em homenagem às vítimas de repressão política a poucos passos da estátua do fundador do serviço secreto policial soviético Felix Dzerinsky (FOREST; JOHNSON, 2018).

Assim, de forma negociada ou imposta pela força, símbolos paisagísticos podem ser contestados, o que evidencia a paisagem como o arcabouço das batalhas discursivas entre indivíduos e grupos. Não é de se surpreender, dada a relevância dos simbolismos, a queda da estátua do ditador baathista Saddam Hussein logo após a invasão norte-americana, a aniquilação das ruínas históricas de Palmyra realizada pelo Estado Islâmico em território sírio e o fato de, mais recentemente, a estátua de Borba Gato arder em chamas na cidade de São Paulo durante um protesto.

Existe a possibilidade de o patrimônio ser negligenciado pelo poder público. Sua manutenção ou revitalização também faz parte de uma escolha política. A deterioração sistemática e diacrônica de um patrimônio é uma espécie de implosão silenciosa. Destacamos ainda que as ruínas carregam poderosos significados. Por trás do vazio e do abandono situam-se processos marcados por interrupções e preferências. A ruína representa uma forma contemporânea de resistência (SILVEIRA, 2020), que muitas vezes pode revelar constrangimentos ligados à possibilidade de sua demolição abrupta. Antes de um eventual tombamento, a ruína encontra-se em um limbo caótico: enquanto rugosidade espaço-temporal (SANTOS, 2012) não foi reconhecida como capaz de revelar o próprio sentido da inadequação que carrega.

A destruição de símbolos não significa necessariamente a supressão absoluta da memória. A aniquilação dos Budas de Baymian realizada pelo regime afegão do Taleban pode ter feito com que as cavidades nas rochas que abrigavam os budas tragam mais significado do que a sua antiga presença (ANDREOTTI, 2010). Para além dos monumentos, verifica-se um momento de contestação de toponímias atribuídas às obras públicas. Em Belo Horizonte, o elevado Castelo Branco (referência a um presidente durante o regime militar brasileiro) foi rebatizado de viaduto Helena Greco (referência a uma militante da luta contra o mesmo regime militar que Castelo Branco presidiu). Assim, o passado é um terreno potencialmente contestado onde memoriais são localizados temporal e espacialmente, em um processo que desempenha um papel fundamental em manejar o que deve ser lembrado e esquecido (DWYER; ALDERMAN, 2008).

7. A PATRIMONIALIZAÇÃO

A necessidade das pessoas de acessar as marcas na paisagem em um mundo marcado por rápidas mudanças está associada ao desejo de permanecer em contato com memórias físicas do seu passado. Este movimento está motivando comunidades a preservarem cenas e estruturas que não haviam sido pensadas como algo a ser preservado (LOWENTHAL, 1979). Quando preservamos artefatos, não apenas recuperamos o passado e a cultura de um tempo ido, mas também alargamos e enriquecemos nossa concepção geral do mundo, e deste modo, inevitavelmente, por meio de um processo que talvez seja não intencional, desenvolvemos mais um senso sobre nós mesmos (TUAN, 1980).

O turismo histórico e patrimonial transformou-se em um ramo muito importante da atividade turística, envolvendo um volume muito grande de pessoas e a movimentação financeira de cifras astronômicas. A literatura acadêmica sugere que a ansiedade quanto ao futuro e a nostalgia referente a um tempo controlado e conhecido faz com que as pessoas olhem para o passado de forma saudosa (CAMERON; GATEWOOD, 2000). Esta temática foi muito bem explorada no filme *Meia Noite em Paris* de Woody Allen, que propôs, em sua narrativa, que gerações diferentes em distintos tempos sempre preferem o passado. Alertamos, contudo, que essa conjuntura é totalizante; faz mais sentido pensarmos em posturas distintas, com opiniões diferentes em relação ao passado. Afinal, experiências particulares podem trazer à tona um passado tão traumatizante que seria melhor criar mecanismos para evitar a sua lembrança.

Em uma dimensão, o conceito de patrimônio se manifesta como as tradições culturais, artefatos e monumentos herdados do passado. Em outra dimensão, o conceito de patrimônio é carregado de valor, abrangendo e às vezes obscurecendo diferenças de interpretação que são dependentes de variáveis-chave, como classe, gênero e localidade; nesse sentido o conceito se associa a uma estrutura mais ampla de ideologias ora dominantes, ora subversivas. Reforçando nossa posição de que a paisagem é um campo de batalha simbólico, destacamos que “a ideia de patrimônio pode ser vista como reforçadora ou desafiadora dos padrões de poder” (HARDY, 1988, p.333) e, nesse sentido, a patrimonialização é também uma forma de operar relações de poder por intermédio de um universo cultural material-transcendente. O processo de patrimonialização é, também, um ato político que se manifesta em amplo espectro que se alarga desde a institucionalização patrimonial assegurada pelo poder público até a

patrimonialização extraoficial, ainda não reconhecida pelo Estado apesar bem destacada nos costumes cotidianos.

Sabe-se que a mercantilização de tudo, extremamente notável em nosso tempo, coloca o processo de patrimonialização como um aliado dos planejamentos de desenvolvimento econômico regional (BRITO-HENRIQUES, 2004); afinal, contribui para a formação de imagens mais atrativas de lugares às atividades turísticas. É interessante pensar que a patrimonialização pode gerar um efeito que vai além de suas cercanias, interferindo nas relações econômicas e sociais que se manifestam em gradações concêntricas, ainda que imperfeitas à luz do rigor geométrico. As reflexões sobre a interferência dos interesses econômicos no processo de patrimonialização nos faz pensar nas irresistíveis relações de poder conduzidas por diferentes agentes econômicos. A capacidade de influenciar o arranjo paisagístico de forma dramática é um efeito similar a ter mais tempo de propaganda nos meios de radiodifusão e televisivos, fazendo a narrativa de determinado ator ou grupo ter mais chance de ser conhecida e/ou assimilada.

Comparando patrimônios naturais e culturais, há de se destacar a dimensão distinta na intenção da preservação: Lowenthal (2005) argumenta que natureza é sempre o outro, enquanto que o patrimônio cultural pode ser identificado como importante para o próprio passado e para a identidade cultural. Discordamos em parte, pois, fiéis à nossa concepção dialética envolvendo o homem e o meio, consideramos que os espaços naturais podem ter sido palco da experiência humana. Em uma noção topofílica (1980), feições naturais da paisagem uma vez experienciadas pode se constituir como memória afetiva, e fazer parte das considerações de outrem tanto quanto qualquer patrimônio cultural. Inclusive, a divisão entre patrimônio cultural e natural parece ter mais utilidade enquanto uma forma de catalogar os bens do que enquanto uma proposição que afina a teoria. É, de fato, uma divisão que a própria UNESCO propôs em 1972, na ocasião da Convenção Mundial do Patrimônio (RÖSSLER, 2006) (*World Heritage Convention*). O próprio Lowenthal (2005) busca uma proposição interativa entre estas duas tipologias patrimoniais ao destacar que “aquele que abomina a devastação ambiental praticada pelo homem precisa balancear as perdas naturais e os ganhos civilizacionais” (LOWENTHAL, 2005, p. 90). O autor lembra que o desmatamento da Índia e da Nova Inglaterra ajudou a criar um patrimônio cultural de muito valor, assim como os troncos de pinheiros da Dalmácia foram sacrificados nos erguimentos dos incomparáveis palácios de Veneza.

8. A HEGEMONIA E A CONTESTAÇÃO DA PAISAGEM SÃO FACES DE UMA MOEDA?

A pergunta deste tópico é uma provocação a quem vê a paisagem e também a sociedade como um conjunto que pode ser esgotado por meio de uma representação dicotômica. Não podemos ver a Nova Geografia Cultural como um corpo rígido de pensamento; em seu âmbito, sabe-se que a penetração de premissas pós-estruturalistas colaborou para a desconstrução de categorias ontológicas, vistas como entidades em proposições totalizantes, embora fundamentações estruturalistas tenham expressão. Don Mitchell (1995) conclamou – apesar de grande repercussão e contestação (DUNCAN, 1996; JACKSON, 1996; COSGROVE, 1996; MITCHELL, 1996) – os geógrafos culturais a não reificarem a categoria cultura. Outras categorias como região, período, nação e Estado já foram problematizadas por perspectivas não essencialistas (WILCOCK; 1954; HARTSHORNE; 1978; HEATWOLE, 1978; BALE, 1983; AGNEW, 1999; 2003; WISHART, 2004). A consideração dos particularismos identitários em detrimento da ideia de classe (SILVA; COSTA, 2020a) ou cultura (SILVA; COSTA, 2018a; 2018b; 2020b; SILVA; COSTA; MATOS, 2021) é amparada pela noção de que a mera associação a um conjunto não é capaz de definir um indivíduo. Edward Saïd é agudo ao cravar que ninguém é uma coisa só (SAÏD, 2007), enquanto Stuart Hall (2006) problematiza as variações identitárias no interior do mítico bloco monolítico racial.

As culturas precisam ser vistas como um agrupamento identitário (COHEN, 1993), observando uma implacável variância entre seus componentes; processos de repetição-com-diferença e reciprocidade-sem-começo (HALL, 2013) ajudam a construir identidades espacialmente fendidas e temporalmente adiadas (BHABHA, 2013). Não é somente uma questão de dinamismo, porosidade e hibridismo que impedem a concretude da cultura; parece ser ainda mais poderoso o argumento acerca da arbitrariedade do agrupamento de indivíduos sobre o rótulo cultural.

Ao refletirmos sobre o arranjo paisagístico sendo produzido pela hegemonia e a contestação não queremos com isso defender que esses são polos que se portam como faces de uma moeda. Quem é oprimido pode oprimir e, ainda que não o faça, esta possibilidade povoa seu imaginário, como aborda Frantz Fanon (2005) no clássico *Os condenados da Terra*. Os atores que se entrelaçam com a paisagem contribuem para a construção de uma complexa melodia dotada de alguns sons inaudíveis¹¹. Afinal, nem

¹¹ Os sons inaudíveis da paisagem são previsíveis justamente pelas nossa limitação perceptiva em dissociar todas as fontes sonoras que se apresentam em distintos volumes.

toda marca paisagística pode ser lida, pois a paisagem guarda seus segredos (SILVA, 2020c). Na paisagem, devido a pluralidade das agências, o caos prevalece sobre a ordem; todavia há alguma ordem no caos. A paisagem apresenta um arranjo que – diferentemente do que certas posições estruturalistas querem nos fazer crer – não pode ser determinado como responsabilidade exclusiva de dois polos rigorosamente apartados. No âmbito da Nova Geografia Cultural essas reflexões que se centram nas diferenças entre coletividades e individualidades nem sempre ficam muito claras; isto significa dizer que, em certa medida, o discurso de classe está presente no âmbito da interpretação paisagística.

Acreditamos que o ato de representar é uma atividade intelectual individual (COUTINHO, 2019). Quando grupos são favorecidos ou desfavorecidos por certas intervenções paisagísticas, temos certamente uma gradação de resultados diferentes. Reconhecemos, todavia, que a arbitrariedade que conduz à ideia de classe também é uma representação, assim como a narrativa que é trazida por este artigo. A diferença é que as ideias que aqui expomos pregam a abertura interpretativa, enquanto que as dicotomias estruturalistas propõem algo próximo do que podemos chamar de metadiscurso.

A hegemonia e a contestação estão presentes na paisagem, mas não devem ser vistas como parcelas coesas da totalidade paisagística. O entrelace entre forças que buscam a manutenção do *status quo* social e outras que buscam subverter a lógica vigente se dá em diversos planos; as pautas daquilo que se convencionou chamar de grupos sociais são marcadas por frágil sustentação em âmbito identitário, já que indivíduos carregam combinações de interesses muito específicas. Reconhecemos que processos de negociação entre as partes podem fazer com que a militância impressa na paisagem (SILVA, 2020d) apresente-se consensual, embora tenha caráter temporário e seja amparado por tênue equilíbrio. Não queremos, com isso, diminuir a importância da coletividade na transformação social; mas atestar que a abordagem essencialista destas movimentações negligencia a pluralidade identitária.

Se, por um lado, a transcendência da abordagem material da paisagem apresentou-se como um trunfo importante para os estudos culturais, por outro, o estruturalismo coloca em risco os benefícios advindos do avanço da semiótica. Isto significa considerar, do ponto de vista prático, que símbolos impressos na paisagem não são interpretados exatamente da mesma forma, como é colocado por certas abordagens que pautam pelo binarismo de classe. É importante destacar a visão não essencialista da dimensão

simbólica não impedem as reflexões mais densas de cunho social. Esmiuçar o âmbito identitário não nos conduz à desconstrução do homem enquanto um animal político.

A pós-fenomenologia¹² surge como intermediadora das críticas do idealismo excessivo da fenomenologia e do essencialismo da abordagem material e estrutural. Nos últimos vinte anos, tem se fortalecido a ideia de uma crise das representações (DUNCAN; SHARP, 1993). Sobretudo na geografia anglófona, perspectivas não-representacionais (também identificadas como mais-que-representacionais) tem encontrado respaldo na academia. A chave de pensamento no interior desta episteme é que o social não pode ser presumido (COWAN; MORGAN; MCDERMONT, 2009). O conceito de afeto (BONDI, 2005; BARNETT, 2008), central para as teorias não-representacionais, contribui de forma expressiva para a reflexão simbólica da paisagem. Indivíduos são percebidos como inseridos em um emaranhado de relações envolvendo agentes humanos e não-humanos sendo afetados e afetando as inumeráveis redes de associações heterogêneas¹³, em um processo similar à *trajeção* berqueniana. Por isso mesmo, um caminho importante para a pesquisa nas teorias não-representacionais é o levantamento e a compreensão dos fluxos que permeiam a vida cotidiana (THRIFT, 2008); nesta perspectiva, as representações são elementos de afeto, e não um fim em si mesmo, o que é endossado pela instabilidade dos significados, incluindo neste rol as identidades e quaisquer categorias que visem atender a sanha essencialista.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação simbólica da paisagem é um dos grandes trunfos da Nova Geografia Cultural. Por meio desta, a abordagem cultural da geografia renovou-se, rompendo, em certa medida, com diretrizes consagradas pelas perspectivas trazidas pela escola de Berkeley. Apesar de transcender a materialidade da dimensão visível da paisagem, a

¹² Como *modus operandi* da corrente em questão temos: “problematizar aspectos não resolvidos pela fenomenologia, especialmente quando se pensa nas transformações sociais e nas novas formas de sociabilidade contemporânea, em contextos que não faziam parte do pensar daqueles filósofos, mas sem renunciar ao projeto fenomenológico” (MARANDOLA JR., 2013, p.58). Para James Ash (2020), a abordagem pós-fenomenológica sugere que o poder é inerente a quase todo espaço, visto que qualquer dinâmica entre entidades – que gera diferenciação e distanciação espacial – quase sempre se apresenta desigual. Esta abordagem pós-fenomenológica da geografia questiona as relações entre a extensividade do espaço e a intensidade do poder (ASH, 2020, p.7).

¹³ As redes de associações heterogêneas, envolvendo atores humanos e não-humanos são chamadas de *assemblages* na literatura estrangeira. De forma mais básica, podemos definir as *assemblages* como uma coleção de relações envolvendo entidades heterogêneas e que perduraram durante algum tempo (MURDOCH, 1997; MÜLLER; SCHURR, 2016). A efemeridade do arranjo relacional das *assemblages* não nos permite considerar que estamos nos referindo a um organismo ou uma entidade; diferentemente, ao usar o termo, estamos nos referindo a unidades provisórias que possuem causas complexas de existência e que não podem ter sua explicação reduzida às suas partes componentes (ANDERSON et. al., 2012).

abordagem simbólica da Nova Geografia Cultural interiorizou, no âmbito de alguns autores, um discurso de classe; à *grosso modo*, enquanto a virada cultural ficou bem marcada pelo foco nas identidades, a Nova Geografia Cultural, por sua vez, focou-se no social e nas relações de poder (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011), ainda que seja possível identificar diversidade dentro da abordagem.

Hegemonia e contestação estão presentes na lógica simbólica da paisagem, mas não podem ser dimensões essencializadas. São múltiplas as manifestações e interesses hegemônicos, assim como existem diversas faces contestatórias, muitas delas contraditórias entre si. Assim, reafirmamos o que a abordagem da Nova Geografia Cultural nos traz: a paisagem é um campo de batalhas discursivo e suas marcas são narrativas e induções que afetam as pessoas. Entretanto, não estamos confortáveis em assumir que a simbologia paisagística se expressa por intermédio de classes entendidas como entidades homogêneas; dito isto, há de se considerar que os próprios textos narrados pelos símbolos impressos na paisagem podem ser lidos e interpretados de forma distinta entre indivíduos. Isto significa dizer que nos traz mais conforto interpretar os fundamentos trazidos pela Nova Geografia Cultural a partir do âmbito identitário em detrimento do coletivo.

A paisagem é, assim, palco de um embate dialético entre hegemonias e contestações; não significa que as grandes questões sociais não possam ser compreendidas por meio do viés identitário. Acreditamos que o monopólio do pensamento de classe sobre a reflexão social deixou expressivo legado sobre o saber acadêmico e cotidiano; por isso mesmo ir além das coletividades e penetrar no domínio identitário não é confortável. Muitas das epistemologias que buscam essa superação ainda apresentam caráter experimental e vemos como promissor o campo das teorias não-representacionais, já bem estabelecido nas geografias culturais transatlânticas anglófonas.

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. Regions on the mind does not equal regions of the mind. **Progress in Human Geography**, v. 23, n. 1, p. 91-96, 1999.

AGNEW, J. Arguing with regions. **Regional Studies**, v. 47, n. 1, p. 6-17, 2013.

ALLEN, J. Horizons of the sublime: the invention of the romantic West. **Journal of Historical Geography**, v. 18, n. 1, p. 27-40, 1992.

ALMEIDA, M. G. de. Fundamentações teóricas e perspectivas na geografia cultural. **Geografia e Pesquisa**, v. 7, n. 2, p. 28-43, 2013.

ALVES, T. Paisagem – em busca do lugar perdido. **Finisterra**, v. 36, n. 72, p. 67-74, 2001.

ANDERSON, B.; KEARNES, M.; McFARLALANE, C.; SWANTON, D. On assemblages and geography. **Dialogues in Human Geography**, v. 2, n. 2, p. 171-189, 2012.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2008. 336p.

ANDREOTTI, G. Paisagens do espírito: a encenação da alma. **Ateliê Geográfico**, v. 4, n. 4, p. 264-280, 2010.

ANKERSMIT, F. R. The representation as the representation of experience. **Metaphilosophy**, v. 31, n. 1-2, 2000.

ANKERSMIT, F. R. Truth in History and Literature. **Narrative**, v. 18, n. 1, p. 29-50, 2010.

ANTROP, M. Why landscapes of the past are important for the future. **Landscape and urban planning**, n. 70, p. 21-34, 2005.

ASH, J. Post-Phenomenology and space: A geography of comprehension, form and power. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 45, n. 1, p. 181-193, 2020.

ATKINSON, D. Kitsch geographies and the everyday spaces of social memory. **Environmental and Planning A**, v. 39, n. 3, p. 521-540, 2007.

BALE, J. Mapping Vernacular Regions in the Classroom. **Journal of Geography**, v. 82, n. 6, p. 274-276, 1983.

BARNETT, C. Political affects in public space: normative blind-spots in now-representational ontologies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 33, n. 2, p. 186-200, 2008.

BAUDRILLARD, J. **À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. 50p.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice: Eléments de problématique por une géographie culturelle. **L'espace géographique**, v. 13, n. 1, p. 33-34, 1984.

BERQUE, A. Geogramas, por uma ontologia dos fatos geográficos. **Geograficidade**, v. 2, n. 1, p. 4-12, 2012.

BERQUE, A. A cosmofoania das realidades geográficas. **Geograficidade**, v. 7, n. 2, p. 4-16, 2017.

BESSE, J. M. **Ver a Terra: Seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. 120p.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013. 441p.

BONDI, L. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 4, p. 433-448, 2005.

BRITO-HENRIQUES, E. Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação. **Inforgéo**, v. 16, n. 17, p. 153-165, 2001.

BURGESS, R. The concept of nature in Geography and Marxism. **Antipode**, v. 10, n. 2, p. 1-11, 1978.

CAMERON, C. M.; GATEWOOD, John B. Un-Remembered Past: What People Want from Visits to Historical Sites. **The Public Historian**, v. 22, n. 3, p. 107-127, 2000.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 2001a. 511p.

COHEN, A. P. Culture as identity: An Anthropologist's view. **New Literary History**, v. 24, p.195-209, 1993.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. A geografia cultural no Brasil. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 2, p. 97-102, 2005.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Geographia**, v. 9, n. 17, p. 7-18, 2007.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Sobre Carl Sauer: uma introdução. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Sobre Carl Sauer**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

CORRÊA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, p. 1-11, 2016.

COSGROVE, D. Place, landscape, and the dialectics of cultural geography. **The Canadian Geographer**, v. 22, n. 1, p. 66-72, 1978.

COSGROVE, D. The myth and the stones of venice: an historical geography of a symbolic landscape. **Journal of Historical Geography**, v. 8, n. 2, p. 145-169, 1982.

COSGROVE, D. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 10, n. 1, p. 45-62, 1985.

COSGROVE, D. A terrain of metaphor: cultural geography 1988-89. **Progress in Human Geography**, v. 13, n. 4, p. 566-575, 1989.

COSGROVE, D. Landscape studies in geography and cognate fields of the humanities and social sciences. **Landscape Research**, v. 15, n. 3, p. 1-6, 1990.

COSGROVE, D. Ideas and culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, n. 3, p. 574-575, 1996.

COSGROVE, D. **Social Formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998. 293p.

COSGROVE, D. Modernity, Community and the Landscape Idea. **Journal of Material Culture**, v. 11, n. 49, p. 49-66, 2006.

COSGROVE, D.; DANIELS, S. Fieldwork as theatre: a week's performance in Venice and its region. **Journal of Geography in Higher Education**, v. 13, n. 2, p. 169-182, 1989.

COSGROVE, D.; JACKSON, P. New Directions in Cultural Geography. **Area**, v. 19, n. 2, p. 95-101, 1987.

COUTINHO, B. T. A paisagem e o geográfico do espaço: o onde da ontologia da geografia. **Geosp**, v. 23, n. 1, p. 9-21, 2019.

COWAN, D.; MORGAN, K.; MCDERMONT, M. Nominations: An Actor-Network Approach. **Housing Studies**, v. 24, n. 3, p. 281-300, 2009.

CRESSWELL, T. Landscape and the Obliteration of Practice. In: ANDERSON, K. (Org.). **Handbook of Cultural Geography**. London: Sage Publications Ltd, 2003.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.238p.

DEMERITT, D. The nature of metaphors in cultural geography and environmental history. **Progress in Human Geography**, v. 18, n. 2, p. 163-185, 1994a

DUNCAN, J. The superorganic in american cultural geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 70, n. 2, p. 181-198, 1980.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (Re)reading the landscape. **Environmental and Planning D. Society and Space**, v. 6, p. 117-126, 1988.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. Reconceptualising the Idea of Culture in Geography: A Reply to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, n. 3, p. 576-579, 1996.

DUNCAN, J.; DUNCAN, N. The Aestheticization of the Politics of landscape Preservation. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 91, n. 2, p. 387-409, 2001.

DUNCAN, N.; SHARP, J. P. Confronting representation(s). **Environmental and Planning D**, v. 11, n. 4, p. 473-486, 1993.

DWYER, O. J; ALDERMAN, D. H. Memorial landscapes: analytic questions and metaphors. **GeoJournal**, v. 73, p. 165-178, 2008.

ENTRIKIN, J. N. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 4, p. 615-632, 1976.

FANON, F. **Os condenados da Terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005. 348p.

FERNANDES, U. S.; TORRES, P. D. L. Conceito de paisagem: entre a landscape inglesa e a landschaft alemã. **Espaço e Cultura**, n. 48, p. 1-20, 2020.

FERREIRA, R. B. Geografia existencialista: notas para uma fenomenologia da humanidade. **Ra`e`ga**, v. 29, p. 157-176, 2013.

FITZSIMMONS, M. The matter of nature. **Antipode**, v. 21, n. 2, p. 106-120, 1989.

FOREST, B.; JOHNSON, J. Confederate monuments and the problem of forgetting. **Cultural Geographies**, v. 26, n. 1, p. 127-131, 2018.

FRIESS, D. A; JAZEEL, T. Unlearning "landscape". **Annals of the Association of American Geographers**, v. 107, n. 1, p. 14-21, 2016.

GOLD, J. R.; GOODEY, B. Behavioural and perceptual geography. **Progress in Human Geography**, v. 7, n. 4, p. 578-586, 1983.

GOUGH, P. From heroes groves to parks of peace: landscapes of remembrance, protest and peace. **Landscape Research**, v. 25, n. 2, p. 213-228, 2000.

GRAHAM, S. The end of geography or the explosion of place? Conceptualising space, place and information technology. **Progress in Human Geography**, v. 22, n. 2, p. 165-185, 1998.

GREGSON, N. Beyond boundaries: the shifting sands of social geography. **Progress in Human Geography**, v. 16, n. 3, p. 387-392, 1992.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102p.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2013.

HANLON, J. Spaces of Interpretation: Archival Research and the Cultural Landscape. **Historical Geography**, v. 29, p. 14-25, 2001.

HARDY, D. Historical geography and heritage studies. **Area**, v. 20, n. 4, p. 333-338, 1988.

HARRIES, K. Building and the Terror of Time. **Perspecta**, v. 19, p. 58-69, 1982.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1978. 176p.

HARVEY, D. Monument and Myth. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 69, n. 3, p. 362-381, 1979.

HEATWOLE, C. A. The Bible Belt: A problem in regional definition. **Journal of Geography**, v. 77, n. 2, p. 50-55, 1978.

HOURANI, A. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 704p.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, v. 33, n. 1, p. 6-25, 2010.

JACKSON, P. **Maps of Meaning**. London and New York: Routledge, 1989. 564p.

JACKSON, P. The idea of culture: a response to Don Mitchell. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, p. 572-573, 1996.

KIYOTANI, I. O conceito de paisagem no tempo. Florianópolis: **Geosul**, v. 29, n. 57, p. 27-42, 2014.

LARSEN, S. E. Is nature really natural? **Landscape Research**, v.17, n.3, p.116-122, 1992.

LEITE, A. F. O lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências-UFRJ**, v. 21, p. 9-20, 1998.

LORIMER, H. Cultural geography: the busyness of being “more-than-representational”. **Progress in Human Geography**, v. 29, n. 1, p. 83-94, 2005.

LOWENTHAL, D. Environmental perception: preserving the past. **Progress in Human Geography**, v. 3, n. 4, p. 549-559, 1979.

LOWENTHAL, D. Fabricating Heritage. **History & Memory**, v. 10, n. 1, p. 5-24, 1998.

LOWENTHAL, D. Why the Past Matters. **Heritage & Society**, v. 4, n. 2, p.159-172, 2011.

LOWENTHAL, D. **The Past is a Foreign Country**. New York: Cambridge University Press, 2015. 489p.

LUKINBEAL, C. Cinematic Landscapes. **Journal of Cultural Geography**, v. 23, n. 1, p. 3-22, 2005.

MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2, p. 49-64, 2013.

MARANDOLA JR. E. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, v. 7, p. 7-17, 2017a.

MARANDOLA, H. L.; OLIVEIRA, L. de. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem. **Geograficidade**, v. 8, n. 2, 2018.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA 'E GA**, n. 8, p. 83-91, 2004.

MINK, L. O. Interpretation and Narrative Understanding. **The Journal of Philosophy**, v. 69, n. 20, p. 735-737, 1972.

MITCHELL, D. There's No Such Thing as Culture: Towards a Reconceptualisation of the Idea of Culture in Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 20, n. 1, p. 102-116, 1995.

MITCHELL, D. Explanation in Cultural Geography: A Reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 21, n. 3, p. 580-582, 1996.

MÜLLER, M.; SCHURR, C. Assemblage thinking and actor-network theory: conjunctions, disjunctions, cross-fertilisations. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 41, n. 3, p. 217-229, 2016.

MURDOCH, J. Towards a geography of heterogeneous associations. **Progress in Human Geography**, v. 21, n. 3, p. 321-337, 1997.

NASCIMENTO, F. C. do; COSTA, M. H. B. e V. da. A hermenêutica das paisagens: um diálogo entre a geografia e a filosofia de Luigi Pareyson. **Geograficidade**, v. 11, n. especial, 2021.

OLSSON, P. G. Invisible Maps. *Geografiska Annaler: Series B. Human Geography*, v. 73, n. 1, p. 85-91, 1991.

OLWIG, K. R. Recovering the substantive nature of landscape. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 86, n. 4, p. 630-653, 1996.

OLWIG, K. R. Has “geography” always been modern?: choros, (non)representation, performance, and the landscape. **Environmental and Planning A**, v. 40, p. 1843-1861, 2008.

OLWIG, K. R. All that is landscape is melted into air: the “aerography” of ethereal space. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 29, p. 519-532, 2011.

OLWIG, K. R. Nationalist heritage, sublime affect and the anomalous Icelandic landscape concept. **Norsk Geografisk Tidsskrift – Norwegian Journal of Geography**, v. 69, n. 5, p. 277-287, 2015.

PAGANO, T. Reclaiming Landscape. **Annali d'Italianistica**, v. 29, p. 401-416, 2011.

PEDROSA, B. V. O império da representação: a virada cultural e a geografia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 31-58, 2016.

POCOCK, D. C. D. The paradox of human geography. **Area**, v. 15, n. 4, p. 355-358, 1983.

PORTEOUS, J. D. Bodyscape: The body-scape metaphor. **The Canadian Geographer**, v. 30, n. 1, p. 2-12, 1986.

PORTEOUS, J. D. **Planned to death**: the annihilation of a place called Howdendyke. Toronto: University of Toronto Press, 1988. 288p.

PRICE, M.; LEWIS, M. The Reinvention of Cultural Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 83, n. 1, p. 1-17, 1993.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion Limited, 1976. 176p.

ROSE, E. Encountering Place: A psychoanalytic approach for understanding how therapeutic landscape benefit health and wellbeing. **Health & Place**, v. 18, p. 1381-1387, 2012.

RÖSSLER, M. World Heritage cultural landscapes: A UNESCO flagship programme 1992-2006. **Landscape Research**, v. 31, n. 4, p. 333-353, 2006.

ROWNTREE, L. Cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 10, n. 4, p. 580-586, 1986.

ROWNTREE, L. Orthodoxy and new directions: cultural/humanistic geography. **Progress in Human Geography**, v. 12, n. 4, p. 575-586, 1988.

SAÏD, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007. 528p.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. Lisboa: **Finisterra**, n. 72, p. 37-53, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2012^a. 386p.

SAUER, C. The morphology of landscape. In: OAKES, T. S.; PRICE, P. L. (Eds). **The Cultural Geography Reader**. New York: Routledge, 2008.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **Geosp, espaço e tempo**, n. 33, p. 168-185, 2013.

SILVA, L. L. S. da. A encruzilhada da abordagem cultural na geografia. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 63, p. 1132-1153, 2020a.

SILVA, L. L. S. da. A geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **Geotemas**, v. 10, n. 2, p. 25-47, 2020b.

SILVA, L. L. S. da. Segredos da Paisagem. **Revista da Casa de Geografia de Sobral**, v. 22, n. 2, p. 133-151, 2020c.

SILVA, L. L. S. da. Expressões militantes da paisagem. **Revista Percurso**, v. 12, n. 2, p. 109-131, 2020d.

SILVA, L. L. S. da. Entre o cultural e o social nas abordagens geográficas. **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, p. 1-13, 2021a.

SILVA, L. S. da. Paisagem entre textos e intertextos. **Tamoios**, v. 17, n. 21, p. 129-147, 2021b.

SILVA, L. L. S. C. A inadequação das regionalizações culturais mediante os pressupostos do pós-colonialismo. Salvador: **Geotextos**, v. 14, n. 1, p. 225-247, 2018a.

SILVA, L. L. S.; COSTA, A. Cultura como comunidade imaginada: uma crítica à abordagem ontológica da cultura nos estudos geográficos. **Geografias**, v. 16, n. 1, p. 27-41, 2018b.

SILVA, L. L. S. da; COSTA, A. O desconforto das regiões e das classes. **Geosp: espaço e tempo**, v. 24, n. 3, p. 533-546, 2020a.

SILVA, L. L. S. da; COSTA, A. Questionando as delimitações cartográficas da cultura. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 73, p. 445-457, 2020b.

SILVA, L. L. S. da; COSTA, A.; MATOS, G. M. Mapeando fenômenos intangíveis. **Mercator**, v. 20, n. 1, p. 1-14, 2021.

SILVA, L. L. S. da; SILVA, J. A. S. da. A (i)materialidade do limite e da fronteira. **Para Onde!?**, v. 14, n. 1, p. 13-30, 2020.

SILVEIRA, H. M. da. Outras ruínas e seus assombros. **Geograficidade**, v. 10, n. 1, p. 45-57, 2020.

STRACHULSKI, J. O percurso do conceito de paisagem na ciência geográfica e perspectivas atuais. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 4, n. 2, p. 3-33, 2015.

THRIFT, N. **Non-representational theory: Space/politics/affect**. London: Routledge, 2008. 336p.

TILL, K. E. Fragments, Ruins, Artifacts, Torsos. **Historical Geography**, v. 29, p. 70-73, 2001.

TUAN, Y. **Escapism**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998. 124p.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 376p.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 298p.

TUAN, Y. **Romantic Geography: in search of the sublime landscape**. Madison: Wisconsin University Press, 2013. 205p.

UNSTEAD, J. F. The Regional Geography of Siegfried Passarge: Review. **The Geographical Journal**, v. 78, n. 2, p.164-166, 1931.

WATSON, J. W. The role of illusion in north American geography: a note on the geography of north american settlement. **Canadian Geographer**, v. 13, n. 1, p. 10-26, 1969.

WILCOCK, A. A. Region and Period. **Australian Geographer**, v. 6, n. 3, p. 39-40, 1954.

WILLIAMS, S. W. Realism, Marxism and Human Geography. **Antipode**, v. 13, n. 2, p. 31-38, 1981.

WISHART, D. Period and region. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 3, p. 305-319, 2004.

WHITE, H. The narrativisation of Real Events. **Critical Inquiry**, v. 7, n. 4, p. 793-798, 1981.

WHITE, H. The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory. **History and Theory**, v. 23, n. 1, p. 1-33, 1984.

WHITE, H. Historiography and Historiophoty. **The American Historical Review**, v. 93, n. 5, p. 1193-1199, 1988.

WHYTE, I. D. **Landscape and history since 1500**. London: Reaktion Books, 2002. 256p.

Recebido: 23.08.2021

Aceito: 03.03.2022